



Conferência Interparlamentar sobre a Estabilidade, a Coordenação e a Governação Económica na União Europeia (artigo 13.º do TECG)

Praga, 10 e 11 de outubro de 2022

- Delegação da Assembleia da República

Deputada Isabel Meirelles (PSD), Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão - chefe da delegação

Deputado Afonso Oliveira (PSD), Presidente da Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

Deputado Miguel Iglésias (PS), Comissão de Assuntos Europeus

Deputado Carlos Brás (PS), Comissão de Orçamento e Finanças

Deputada Ana Bernardo (PS), Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

Deputado Jorge Galveias (CH), Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

Deputado Hugo Patrício Oliveira (PSD), Comissão de Ambiente e Energia

- Assessoria

Catarina Ribeiro Lopes, Representante da AR em Bruxelas

Pedro Pacheco, Assessor da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

- Enquadramento

O [Tratado sobre a Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária \(Pacto Orçamental\)](#) dispõe, no seu artigo 13.º, que o Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais devem organizar uma conferência de representantes das comissões parlamentares relevantes a fim de debaterem as políticas orçamentais e outras questões abrangidas por aquele Tratado. Na Conferência de Presidentes de Parlamentos da UE, reunida em Nicósia em 23 abril de 2013, foi criada esta Conferência, que reúne duas vezes por ano, uma no Parlamento Europeu (1.º semestre) e outra no Parlamento da Presidência (2.º semestre).



ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| 10 de outubro | 1 |
| SESSÃO DE ABERTURA (14:00 - 14:30) | 2 |
| SESSÃO I: Mecanismo de Recuperação e Resiliência - Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência (estado de implementação e novos desafios) (14:30 - 16:30) | 2 |
| | |
| 11 de outubro | 4 |
| SESSÃO II: Custos da independência energética - o financiamento de medidas climáticas e energéticas (9:00 - 10:30) | 4 |
| SESSÃO III: Reforço da resiliência Económica da Europa - preparação para crises futuras (11:00 - 12:30) | 10 |
| SESSÃO DE ENCERRAMENTO (12:30 - 13:00) | 12 |

10 DE OUTUBRO

SESSÃO DE ABERTURA (14:00 - 14:30)

Markéta Pekarová Adamová, Presidente da Câmara dos Deputados checa

Josef Bernard, Presidente da Comissão do Orçamento da Câmara dos Deputados checa

Vladislav Vilímc, Presidente da Comissão de Economia Nacional, Agricultura e Transportes do Senado checo

SESSÃO I: MECANISMO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA - PLANOS NACIONAIS DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO E NOVOS DESAFIOS) (14:30 - 16:30)

Oradores:

Valdis Dombrovskis, Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia - mensagem video

Mikuláš Bek, Ministros dos Assuntos Europeus checo (tbc)

Representante da Comissão Europeia (tbc)

Anna Hubáčková, Ministra do Ambiente checa

A criação do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência \(MRR\)](#) ocorreu na sequência das medidas excecionais relacionadas com o combate à pandemia COVID-19, bem como do processo de recuperação económica e social daí decorrente. Instrumento central do *NextGenerationEU*, o MRR encontra-se dividido em seis pilares: transição verde; transformação digital; crescimento inteligente, sustentável e inclusivo; coesão social e territorial; saúde e resiliência económica, social e institucional; e políticas para a próxima geração.

Para beneficiar deste mecanismo, os Estados-Membros prepararam os seus Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência (PRR), devendo estes refletir as [Recomendações Específicas por País](#) de 2019 e 2020 elaboradas sob o ciclo do [Semestre Europeu](#). Assim, estes planos devem assentar no cumprimento dos marcos e metas planeados para aceder às verbas a disponibilizar, devendo contemplar, da dotação total, pelo menos, 20% para a transição digital e 37% para a transição climática. No que se refere ao procedimento de acesso às verbas, os Estados-Membros podem solicitar pagamentos até duas vezes por ano, decorrentes do cumprimento dos marcos e metas definidos. O processo de implementação dos PRR deve ser finalizado até agosto de 2026, e o último pagamento deverá ocorrer até ao final de dezembro de 2026.

Quanto à execução do PRR nacional, o quadro seguinte, atualizado a 21 de setembro de 2022, identifica os montantes contratualizados, as aprovações e os pagamentos realizados:



Fonte: recuperarportugal.gov.pt

Do mesmo modo, apresentam-se os fluxos financeiros recebidos e pagos por componente do PRR:

| | Recebido Comissão Europeia (M€) | Pago a Beneficiários Diretos (M€) | Em trânsito em Beneficiários Intermediários (M€) ¹ | Pago a Beneficiários Finais (M€) | Total (M€) |
|----------------------------|---------------------------------|-----------------------------------|---|----------------------------------|------------|
| RESILIÊNCIA | | 169 M € | 1.092 M € | 95 M € | 1.356 M € |
| TRANSIÇÃO CLIMÁTICA | | 130 M € | 154 M € | 77 M € | 361 M € |
| TRANSIÇÃO DIGITAL | | 333 M € | 170 M € | 19 M € | 522 M € |
| | 3.321 M € | 632 M € | 1.416 M € | 190 M € | 2.238 M € |

Fonte: recuperarportugal.gov.pt

A Comissão Europeia, no mês de maio, procedeu ao pagamento da 1.ª tranche do PRR no valor de 1,16 mil milhões, dos quais 553,44 milhões em subvenções e 609 milhões de euros em empréstimos. Durante o mês de setembro, a Inspeção Geral de Finanças (IGF) deu parecer positivo ao pagamento da 2.ª tranche do PRR, no montante de 2 mil milhões de euros, tendo o [pedido de pagamento do Governo à Comissão Europeia sido submetido no último dia do passado mês de setembro](#).

A situação relativa à aprovação dos planos nacionais e verbas já disponibilizadas nos restantes Estados-Membros encontra-se disponível na [nota de enquadramento](#) elaborada pela Presidência checa sobre este tema.

Importa ainda referir, no que concerne à monitorização da execução dos planos nacionais, os relatórios¹ elaborados pela Comissão Europeia, dando nota do seu sucesso e progressos significativos.

Dos atuais desafios colocados a estes planos constam a subida da inflação e o aumento dos preços da energia. Quanto a este último, a sua causa reside na disrupção do mercado global de energia causada pela

¹ [Relatório da Comissão Europeia relativo à execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#) e [Relatório de revisão sobre a execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#)

invasão russa da Ucrânia e à qual a Comissão Europeia respondeu apresentando a iniciativa [REPowerEU](#). Este plano pretende reduzir a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição climática, aumentando a resiliência do sistema energético à escala da UE. Para operacionalizar o REPowerEU, a Comissão Europeia pretende recorrer ao MRR, devendo os Estados-Membros adicioná-lo aos PRR nacionais, o que permitirá proporcionar um financiamento adicional de 300 mil milhões de euros. A Comissão preparou assim uma [proposta que altera o Regulamento MRR para permitir aos Estados-Membros acrescentar capítulos específicos nos seus PRR nacionais sobre novas reformas e investimentos para cumprir os objetivos do plano REPowerEU](#). A Comissão propõe também aumentar o financiamento do MRR em 20 mil milhões de euros sob a forma de subvenções, através da venda de licenças no âmbito do Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE.

As métricas para avaliar o cumprimento dos marcos e das metas acordadas e previstas no PRR serão as mesmas a aplicar no plano REPowerEU, sendo necessário definir as prioridades e os investimentos necessários à consolidação das reformas, tendo em vista a autonomia e a resiliência energética.

Questões para orientação do debate propostas pela Presidência:

- *Como está a decorrer a implementação dos planos nacionais de recuperação e de resiliência e quais são os seus primeiros resultados?*
- *Que obstáculos e desafios são encontrados na implementação dos planos e como podem ser mais eficazes?*
- *Como estão os Parlamentos nacionais envolvidos no acompanhamento da implementação dos planos nacionais de recuperação e resiliência?*
- *Os dados, informações e instrumentos fornecidos pela Comissão/governos são suficientes para um acompanhamento eficaz da implementação dos planos?*
- *Como podem os planos nacionais de recuperação e de resiliência reflectir novos desafios, como por exemplo, a situação de guerra na Ucrânia? Será que precisam de ser revistos?*

11 DE OUTUBRO

SESSÃO II: CUSTOS DA INDEPENDÊNCIA ENERGÉTICA - O FINANCIAMENTO DE MEDIDAS CLIMÁTICAS E ENERGÉTICAS (9:00 - 10:30)

Oradores:

Robert Habeck, Ministro Federal para os Assuntos Económicos e Ação Climática da Alemanha (tbc)

Mika Tapani Lintilä, Ministro dos Assuntos Económicos da Finlândia (tbc)

Jozef Síkela, Ministro da Indústria e Comércio da República Checa

A crise energética na UE: enquadramento

Há vários meses que a Europa tem vindo a enfrentar um aumento assinalável dos preços da energia, problema que se agrava com a incerteza sobre o aprovisionamento futuro. A subida dos preços da energia começa a acelerar no segundo semestre de 2021 na sequência da crise pandémica, com o aumento do consumo resultante da retoma económica. Todavia, é a nova situação geopolítica europeia que emerge

com o início da guerra na Ucrânia, em fevereiro do corrente ano, que veio criar uma crise energética sem precedentes.

Apesar do peso crescente das energias renováveis na produção de energia, a União Europeia (EU) continua muito dependente do exterior, em particular no que toca aos combustíveis fósseis. Em 2021, a UE importou 58% da energia e importa 90 % do gás que consome, sendo a Rússia responsável por cerca de 45 % dessas importações. Cerca de 25 % das importações de petróleo e 45 % das importações de carvão, também provêm da Rússia.

De acordo com a [Eurostat](#) (setembro de 2022), o preço da eletricidade, no consumidor, na UE, está mais caro em 35% face ao ano anterior. Tal contexto veio exigir o reforço da independência energética da Europa relativamente a fornecedores pouco fiáveis e a combustíveis fósseis voláteis, bem como a aceleração da rápida transição para as energias limpas.

Para o efeito, os países da UE estão a trabalhar em conjunto para reduzir as dependências energéticas da UE diversificando as fontes e o aprovisionamento de energia, garantir o aprovisionamento de gás, reduzindo simultaneamente a procura, e acelerar a transição para as energias limpas.

Resposta europeia à crise energética

Já em outubro de 2021, a Comissão Europeia adotou uma [Comunicação sobre os preços da energia - Enfrentar o aumento dos preços da energia: um conjunto de medidas de apoio e ação](#) - para fazer face ao aumento excecional dos preços mundiais da energia. A comunicação inclui um conjunto de medidas a que a UE e os seus Estados-Membros (EM) podem recorrer para dar resposta aos impactos imediatos dos aumentos de preços e reforçar a resiliência contra choques futuros. As medidas nacionais a curto prazo incluem o apoio de emergência ao rendimento das famílias, auxílios estatais às empresas e reduções específicas de impostos. A Comissão refere igualmente que apoiará os investimentos nas energias renováveis e na eficiência energética, examinará possíveis medidas relativas ao armazenamento de energia e à aquisição de reservas de gás e avaliará a atual configuração do mercado da eletricidade.

A 8 de março de 2022, a Comissão Europeia apresentou as linhas gerais de um plano que permite à UE alcançar a independência energética de combustíveis fósseis russos, sobretudo gás, muito antes de 2030 - o [REPowerEU](#).

Os principais objetivos da resposta da UE à crise energética são os seguintes:

- garantir energia competitiva e a preços acessíveis aos consumidores da UE;
- aumentar a segurança energética e a preparação da UE para situações de emergência;
- reforçar a resiliência e a autonomia energéticas dos países da UE.

Numa reunião informal dos chefes de Estado ou de Governo, realizada a 10 e 11 em março de 2022, os 27 Estados-Membros da UE decidiram, conjuntamente, acabar progressivamente com a dependência da UE em relação aos combustíveis fósseis russos. Assim, na [Declaração de Versalhes](#), adotada nessa reunião, foi acordado o corte gradual das importações provenientes da Rússia, o qual deverá ocorrer reduzindo a dependência global dos combustíveis fósseis, diversificando o aprovisionamento e as rotas da energia, incluindo do gás natural liquefeito (GNL), acelerando o desenvolvimento das energias renováveis e do hidrogénio, melhorando as interligações entre as redes de energia da UE e aumentando a eficiência energética.

Ainda em março de 2022, a Comissão apresentou uma nova Comunicação sobre [Segurança do aprovisionamento e preços das energia acessíveis: opções de medidas a adotar no imediato e](#)

preparação para o próximo inverno. Neste documento, resumem-se as principais vantagens e desvantagens da aplicação de medidas excepcionais de curto prazo para mitigar os aumentos dos preços na energia. Propõem-se, igualmente, medidas para responder às causas dos problemas existentes no mercado de gás, de modo a garantir a segurança energética para o próximo inverno e para além dele².

Posteriormente, em 26 de julho, foi alcançado um acordo político, no Conselho extraordinário de Energia, em Bruxelas, no qual os 27 chegaram a um compromisso em torno da proposta apresentada pela Comissão Europeia com vista à redução de 15% do consumo do gás até à primavera, mas com exceções para abranger a "situação geográfica ou física" dos países.

Subsequentemente, a 5 de agosto, o Conselho adota o Regulamento relativo à redução da procura de gás em 15%. Os Estados acordaram reduzir, entre 1 de agosto de 2022 e 31 de março de 2023, a sua procura de gás em 15% em comparação com o seu consumo médio nos últimos cinco anos, recorrendo a medidas que ficam ao seu critério.

Admitem-se, porém, algumas isenções, bem como a possibilidade de derrogação parcial ou, em certos casos, total, da meta de redução obrigatória, refletindo a situação particular dos Estados-Membros. Assim, os Estados sem interligações às redes de gás de outros estão isentos das reduções obrigatórias de gás. Ficarão igualmente isentos aqueles cujas redes elétricas não estão sincronizadas com a rede elétrica europeia e estão mais dependentes do gás para a produção de eletricidade, caso estejam dessincronizados com a rede de um país terceiro, a fim de evitar o risco de uma crise de aprovisionamento.

Foram também especificados os casos em que os Estados-Membros podem limitar a sua meta de redução. Por exemplo, se tiverem interligações limitadas a outros Estados-Membros e puderem demonstrar que as suas capacidades de exportação e a sua infraestrutura interna de GNL são utilizadas, em todo o seu potencial, para redirecionar gás para outros.

Foi ainda acordado reforçar o papel do Conselho no desencadear do "alerta da União". O alerta seria acionado por meio de uma decisão de execução do Conselho, com base numa proposta da Comissão. A Comissão apresentará uma proposta para desencadear um "alerta da União" em caso de risco substancial de grave escassez de gás ou de procura excepcionalmente elevada de gás, ou se cinco ou mais Estados-Membros que tenham emitido um alerta a nível nacional solicitem à Comissão que o faça.

Medidas específicas para enfrentar a subida de preços da energia

Os Estados-Membros adotaram várias medidas que permitem reduzir as faturas de energia de mais de 70 milhões de consumidores domésticos, além de vários milhões de micro, pequenas e médias empresas. Os países da UE estão igualmente a trabalhar, em colaboração, para fazer face aos preços elevados e garantir o aprovisionamento energético dos europeus.

Sob proposta da Presidência Checa do Conselho da UE, os ministros europeus da energia reuniram-se, a 9 de setembro, num Conselho extraordinário (Transportes, Telecomunicações e Energia) com o propósito de discutirem uma solução ao nível europeu para a acentuada crise energética, tendo debatido medidas para atenuar os preços elevados da energia e ações de preparação para o inverno, a nível nacional e da UE.

² Foi adotado em junho, o Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE) 2017/1938 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo a medidas destinadas a garantir a segurança do aprovisionamento de gás. Tem como objectivo, nomeadamente, garantir que as capacidades de armazenamento de gás na UE sejam reconstituídas antes do inverno e possam ser partilhadas entre os EM num espírito de solidariedade. Por exemplo, a partir do próximo ano, as reservas de gás devem alcançar pelo menos 90% da capacidade das instalações de armazenamento.

No âmbito deste debate identificaram-se quatro domínios em que se aguarda a intervenção da Comissão, envolvendo, designadamente, a limitação das receitas dos produtores de eletricidade que apresentam custos de produção baixos, a eventual introdução de um limite de preço para o gás, a adoção de medidas para uma redução coordenada da procura de eletricidade em toda a UE e respostas ao problema da diminuição da liquidez.

No dia 30 de setembro, o [Conselho extraordinário](#) voltou a reunir-se tendo chegado a um acordo político sobre uma [proposta de Regulamento do Conselho](#), para fazer face aos elevados preços da energia³. A mencionada proposta, que se espera que venha a ser adotada em outubro, introduz medidas de emergência para redução da procura de eletricidade, a cobrança de excedentes do setor energético e sua redistribuição aos utilizadores finais. Estrutura-se, essencialmente, em torno de 4 eixos, a saber:

Redução da procura de eletricidade

Redução voluntária de 10% do total do consumo bruto de eletricidade e redução obrigatória de 5% no consumo de eletricidade nas horas de ponta. Caberá aos Estados identificar qual é esse período. A medida vigorará entre dezembro de 2022 e março de 2023, e os Estados escolherão as medidas que entenderem mais adequadas para alcançar tais objetivos.

Limitação das receitas dos produtores de electricidade inframarginais

É estabelecido um valor máximo de 180 euros/MWh para as receitas das empresas que produzem electricidade com as chamadas tecnologias inframarginais⁴ — energias renováveis ou nuclear, por exemplo. Os Estados-Membros acordaram usar medidas à sua escolha para arrecadar e distribuir este excedente no apoio aos consumidores finais de eletricidade.

Contribuição solidária

Será criado um imposto temporário, a *contribuição solidária* às empresas energéticas que recorrem aos combustíveis fósseis e que, graças ao efeito perverso da guerra, estão a beneficiar de lucros extraordinários. Incidirá sobre o lucro tributável, segundo as regras fiscais nacionais, que tenha aumentado acima de 20% em relação à média dos lucros desde 2018. As receitas desta contribuição solidária serão aplicadas no apoio financeiro a empresas e famílias, mitigando os efeitos dos elevados preços da electricidade, cabendo a cada Estado-Membro determinar, em concreto, quais as medidas a adotar.

Medidas de apoio às PME

Os Estados-Membros podem fixar temporariamente um preço para o fornecimento de eletricidade a pequenas e médias empresas (PME), para apoiar, ainda mais, as PME afetadas pelos elevados os preços da energia, podendo, a título excecional e temporário fixar um preço para o fornecimento de eletricidade abaixo do custo.

Financiamento

Conforme referido, a Comissão Europeia apresentou o plano [REPowerEU](#) – Ação europeia conjunta para uma energia mais acessível, segura e sustentável, com o intuito de diversificar o aprovisionamento energético, acelerar a produção de energia limpa, substituindo o gás no aquecimento e na produção de

³ A Comissão Europeia tinha já apresentado, a 14 de setembro, a [Proposta de Regulamento do Conselho](#).

⁴ Estes operadores obtiveram ganhos financeiros inesperados nos últimos meses, sem que tenham aumentado os seus custos operacionais, beneficiando do papel do carvão e do gás como fontes marginais de fixação de preços que atualmente inflacionam o preço final da eletricidade.

eletricidade, e poupar energia. Integram, igualmente, este plano, um conjunto de medidas que visam responder ao aumento dos preços da energia na Europa e a reconstituir as reservas de gás para o inverno. O objetivo final será o de reduzir a procura de gás russo em dois terços, até ao final do ano. Este plano de ação visa ainda acabar com a dependência energética até 2027, pressupondo, concomitantemente, a aceleração da transição para as fontes de energias renováveis.

Com base no pacote de propostas [Objetivo 55](#) e na conclusão das ações relativas à segurança energética do aprovisionamento e armazenamento, este Plano REPowerEU apresenta um conjunto de ações para: a) Economizar energia; b) Diversificar as fontes de aprovisionamento energético; c) Substituir rapidamente os combustíveis fósseis, acelerando a transição para as energias limpas na Europa; d) Combinar, de forma inteligente, investimentos e reformas.

O Plano contém medidas de curto prazo, como é o caso, por exemplo, das aquisições comuns de gás, GNL e hidrogénio através da [Plataforma Energética da UE](#) (para todos os Estados-Membros que pretendam participar, bem como para a Ucrânia, a Moldávia, a Geórgia e os Balcãs Ocidentais), e medidas de médio e longo prazo onde se incluem os novos planos REPowerEU nacionais, no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência alterado, para apoiar investimentos e reformas, conforme já referido.

A Comissão Europeia estima que o plano custará 210 mil milhões de euros, sendo suportado, essencialmente, pelo InvestEU, o principal programa de investimento da UE. Os investimentos concentram-se em quatro áreas: investimento sustentável, inovação, inclusão social e criação de emprego. Estima-se que pelo menos 30% deva contribuir para cumprir o objetivo da neutralidade carbónica.

Importa ainda referir o [Fundo para uma Transição Justa](#) e o [Fundo Social para a Ação Climática](#). O primeiro fundo constitui um dos elementos do Mecanismo para uma Transição Justa que prevê a concessão de subvenções aos Estados-Membros que integrem territórios que se prevê serem os mais negativamente afetados pela transição ecológica, apoiando a sua diversificação e a reconversão económicas. Já o Fundo Social para a Ação Climática apoiará os cidadãos da UE mais afetados por esta transição, ou em risco de pobreza energética ou de mobilidade. Ajudará a atenuar os custos para as pessoas mais expostas à mudança, para assegurar que a transição é justa, com o objetivo de *não deixar ninguém para trás*. O fundo concederá um financiamento de 72 200 milhões de euros durante 7 anos, para a renovação de habitações e edifícios que utilizem mais energias renováveis e sejam mais eficientes do ponto de vista energético.

Recorde-se ainda que a Comissão propôs, em 2021, [novas fontes de recursos próprios da UE através do Regime de comércio de licenças de emissão da UE, Mecanismo de ajustamento carbónico fronteiriço e Reforma do quadro internacional em matéria de tributação das sociedades](#).

Por outro lado, o pacote Objetivo 55 inclui também a [revisão da diretiva que reestrutura o quadro da União de tributação dos produtos energéticos e da eletricidade](#) e cujo objetivo é assegurar que a tributação de vários produtos energéticos (combustíveis, combustíveis de aquecimento ou eletricidade) é proporcional ao seu impacto ambiental. A revisão da [Diretiva Tributação da Energia](#) procura assim alinhar a tributação dos produtos energéticos com as atuais políticas da UE em matéria de energia e clima, contribuindo para os objetivos energéticos da UE para 2030 e para a neutralidade climática até 2050. Visa ainda preservar o mercado único da UE, atualizando o âmbito e a estrutura das taxas de tributação, bem como racionalizando a utilização de isenções e reduções fiscais facultativas.

Enquadramento regulatório do mercado de eletricidade

O enquadramento regulatório do mercado de eletricidade ancorado na diretiva e regulamento europeus aprovados pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia, adotado pela Comissão Europeia - [Regulamento \(UE\) 2015/1222, de 24 de julho](#) -, define, entre outros, que o preço da eletricidade do dia seguinte é determinado com base no custo marginal mais elevado de produção elétrica, mesmo quando o custo de produção da maior parte da eletricidade consumida é inferior a esse custo marginal.

Ou seja, o mercado grossista da eletricidade da UE baseia-se num método de fixação de preços através do qual a última fonte de energia a entrar no sistema é que vai fixar o preço pago a todos os produtores⁵⁶. Como são geralmente as centrais elétricas alimentadas a combustíveis fósseis (a carvão ou a gás) que fixam ou influenciam o preço grossista, o aumento continuado dos preços do gás, provocado pela guerra na Ucrânia, tem conduzido a uma escalada dos preços da eletricidade em toda a UE. Assim, as medidas destinadas a atenuar o impacto do preço dos combustíveis fósseis na produção de eletricidade podem contribuir para a redução dos preços excessivos da eletricidade.

Note-se que as regras da UE em matéria de auxílios estatais admitem a concessão de auxílios para sanar uma perturbação grave da economia de um Estado-Membro. Destaca-se, a este respeito, a [Comunicação da Comissão, de 18 de maio de 2022](#), relativa às intervenções a curto prazo no mercado da energia e às melhorias a longo prazo da organização do mercado da eletricidade, que veio reconhecer que são justificadas as medidas nacionais temporárias para subsidiar o custo do gás utilizado na produção de eletricidade e destinadas a baixar os preços no mercado da eletricidade, desde que sejam adaptadas às regiões com uma capacidade de interligação muito limitada, com elevada influência do gás na fixação dos preços e com consumidores particularmente expostos aos preços grossistas da eletricidade⁷.

Sobre os temas em discussão neste painel, a Presidência checa elaborou uma [nota de enquadramento](#) que complementa esta informação⁸.

⁵ Modelo marginalista que inclui o custo com combustível, o custo das emissões, o custo variável de operação e manutenção e os impostos. Todas as ofertas são organizadas por ordem crescente. Já as ofertas dos comercializadores para a compra de energia são organizadas com base no preço de compra, por ordem decrescente. O preço de produção da energia para todos os produtores será o ponto de interseção entre a oferta e a procura, ou seja, o custo marginal de produção do último produtor que satisfaz a procura no período de licitação.

⁶ Em Portugal e Espanha funciona o [MIBEL](#) - Mercado Ibérico de Eletricidade - sendo que a energia é comercializada, principalmente, no mercado diário. Segue-se, como nos mercados Europeus, o modelo marginalista, em que os produtores de eletricidade fazem ofertas com base no custo marginal de produção.

⁷ Esta comunicação viabilizou a definição de um preço de referência para o gás natural utilizado para a produção elétrica, em Portugal ([Decreto-Lei n.º 33/2022, de 14 de maio](#)) e Espanha. Com efeito, foi proposto um mecanismo, aprovado pela Comissão a 8 de junho, que permitiu desligar a formação do preço da eletricidade na Península Ibérica da do gás natural. A medida aplica-se até 31/05/2023 e consubstancia-se no apoio - subvenção direta - aos produtores de eletricidade destinado a financiar parte do seu custo de combustível. O pagamento diário será calculado com base na diferença entre o preço de mercado do gás natural e um limite máximo de preço do gás, fixado numa média de 48,8 €/MWh durante o período de vigência da medida. Durante os primeiros seis meses da aplicação da medida, o limite real de preço será fixado em 40 €/MWh. A partir do sétimo mês, o limite aumentará 5 euros por mês, resultando num limite de 70 €/MWh no décimo segundo mês.

⁸ Outras referências bibliográficas complementares: Liadze I., Macchiarelli C., Mortimer-Lee P., Juanino P.S. (2022), [The Economic Costs of the Russia-Ukraine Conflict](#), National Institute of Economic and Social Research, policy paper n. 32, março; [Economic repercussions of Russia's war on Ukraine – Weekly Digest](#), Economic Governance Support Unit (EGOV), European

Tópicos para discussão sugeridos pela Presidência:

- *Será necessário repensar as metas climáticas fixadas no Pacto Ecológico Europeu?*
- *Como iremos financiar a transição climática e energética? Serão suficientes os instrumentos existentes e os que foram recentemente propostos?*
- *Como podemos eliminar os impactos sociais negativos da transição verde? Será o Fundo Social para a Ação Climática suficiente?*
- *Como responder à escalada de preços na energia? Qual a experiência do seu país na implementação das medidas a nível nacional?*
- *Como melhorar a segurança energética através da diversificação, na UE, de fontes de oferta energética? Será o mecanismo europeu de aquisição conjunta de energia a resposta?*
- *Será que o plano REPowerEU é suficiente? O que é que devemos alterar no Plano? Deveremos adicionar novos objetivos?*
- *Que outros desafios e questões relacionadas com a energia e a transição energética ainda não foram tratadas a nível europeu e que deveriam sê-lo?*

10:30 - 11:00 - Pausa

SESSÃO III: REFORÇO DA RESILIÊNCIA ECONÓMICA DA EUROPA - PREPARAÇÃO PARA CRISES FUTURAS (11:00 - 12:30)

Oradores:

Mikołaj Dowgielewicz, Secretário-Geral Adjunto do Banco Europeu de Investimento

Luděk Niedermayer, Vice-Presidente da Comissão ECON do Parlamento Europeu

As diferentes crises que a Europa tem sucessivamente enfrentado ao longo dos últimos anos - nomeadamente a crise de 2007/2008, a crise do euro e, mais recentemente, as crises originadas pela pandemia de COVID-19 e pela guerra de agressão da Rússia à Ucrânia, cujos efeitos são ainda atuais e imprevisíveis - tornam necessário pensar e implementar mecanismos que reforcem a resiliência económica e dotem a Europa dos meios necessários para combater eventuais futuras crises. É de salientar neste contexto que o facto de a União Europeia (UE) ser uma entidade única que congrega vários Estados soberanos, aumenta a complexidade na procura de soluções comuns.

Assim, em resposta às consequências económicas da pandemia provocada pela COVID-19, a Comissão Europeia adotou uma [resposta](#) económica abrangente, lançando um plano de recuperação para a Europa - o instrumento [NextGenerationEU](#) -, que juntamente com o [orçamento de longo prazo da UE](#), e cujo elemento central é o [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#) (MRR), visa atenuar o impacto económico e social da pandemia, tornando as economias e sociedades mais sustentáveis, resilientes e melhor preparadas para enfrentarem os desafios e oportunidades resultantes das transições ecológica e digital, para o qual contribuirá também o [Fundo Social para a Ação Climática](#) e o [programa InvestEU](#).

Parliament, agosto 2022; [Bjarne Steffen](#) B., Patt A. (2022), [A historical turning point? Early evidence on how the Russia-Ukraine war changes public support for clean energy policies](#), Energy Research & Social Science, Volume 91, September 2022.

Importa referir que o fundo referido pretende sobretudo mitigar os impactos sociais da transição para uma economia neutra do ponto de vista climático, introduzindo um novo regime separado de comércio de licenças de emissão da UE para os edifícios e setores dos transportes rodoviários entre o período 2025-2032. Já o programa InvestEU deverá contribuir para melhorar a competitividade, o crescimento económico sustentável, o emprego, a resiliência social e coesão, ou para a ciência e progresso tecnológico, e os seus objetivos específicos incluem o apoio à investigação, inovação e digitalização, infra-estruturas sustentáveis, acesso ao financiamento para PME e empresas sociais, com cerca de 30% dos seus recursos a serem dedicados a objetivos do Pacto Ecológico Europeu. Refira-se ainda que, neste programa, o Banco Europeu de Investimento é responsável por 75% da sua implementação.

Em novembro de 2021, antes da invasão da Ucrânia pela Rússia, o Conselho havia apresentado algumas conclusões sobre resiliência e capacidade de resposta a situações de crise. Na sequência da invasão russa da Ucrânia, a Comissão adotou o plano REPowerEU a fim de pôr termo o mais rapidamente possível à dependência da UE dos combustíveis fósseis provenientes da Rússia. Apresentou também, por forma a permitir aos Estados-Membros recorrer à flexibilidade possível com o objetivo de apoiar a economia, um quadro temporário de crise para os auxílios estatais, o qual foi alterado de forma a complementar o pacote de preparação para o inverno, alargando-o, nomeadamente para prever algumas medidas adicionais de auxílio.

Recorde-se ainda que, no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência francesa, teve lugar nos dias 13 e 14 de março de 2022, a Conferência Interparlamentar sobre a autonomia estratégica económica da UE, onde foram abordadas questões como a autonomia estratégica nas indústrias do futuro, na área da energia e os desafios da soberania alimentar europeia.

Saliente-se também neste âmbito a perspetiva de Klaus Regling, Diretor-Geral do Mecanismo Europeu de Estabilidade sobre este tema, na conferência Europe's Growing Resilience to Crises, onde defendeu a necessidade de mais medidas para tornar a União Económica e Monetária mais resiliente a futuras crises. Como deixou claro na sua apresentação que esta união deverá ser aprofundada, nomeadamente através das (i) criação de uma união dos mercados de capitais; (ii) conclusão da união bancária e (iii) o estabelecimento de capacidade tributária centralizada a nível da UE.

A 19 de setembro, a Comissão Europeia apresentou, no seguimento do Conselho Europeu extraordinário de 1 e 2 de outubro de 2020, onde foi reiterada a necessidade de a UE retirar ensinamentos da pandemia de COVID-19 e abordar a fragmentação, os obstáculos e as fragilidades que subsistem no mercado único para fazer face a situações de emergência, e da Comunicação atualizada da Comissão sobre a estratégia industrial de maio de 2021⁹, o novo instrumento de Emergência do Mercado Único¹⁰, um quadro de governação em situações de crise que visa preservar a livre circulação de mercadorias, serviços e pessoas e a disponibilidade de mercadorias e serviços essenciais em caso de emergências futuras, complementando outras medidas legislativas da UE¹¹ para a gestão de crises.

⁹ A comunicação é acompanhada de três documentos de trabalho dos serviços da Comissão: Relatório anual sobre o mercado único de 2021, que analisa a situação da economia europeia com base numa avaliação de 14 ecossistemas industriais, avalia os progressos realizados na execução do Pacote Industrial de 2020 e apresenta um conjunto de indicadores-chave de desempenho para acompanhar novos progressos; uma análise das dependências e capacidades estratégicas da Europa, acompanhada de uma revisão aprofundada de uma série de domínios estratégicos; e um documento sobre a produção europeia de aço limpa e competitiva, que analisa os desafios para a indústria e a caixa de ferramentas da UE disponível.

¹⁰ COM (2022) 459

¹¹ Como por exemplo o Mecanismo de Proteção Civil da União, bem como as regras da UE para determinados setores, cadeias de abastecimento ou produtos, tais como a saúde, os semicondutores ou a segurança alimentar.



A Presidência checa preparou também para este tema uma nota de enquadramento, que se encontra disponível [aqui](#).

Perguntas de orientação do debate sugeridas pela Presidência:

- *Será que precisamos de um novo plano de recuperação e resiliência como resposta às crises atuais?*
- *Como aumentar a resiliência da Europa através do investimento? Quais são as melhores áreas para o investimento direto?*
- *Como financiar o reforço da resiliência da Europa? É possível utilizar novos instrumentos, tais como o futuro Fundo social para a Ação Climática para mitigar os impactos da transição climática?*
- *Precisamos de procurar novos caminhos para a gestão futura de crises (novos instrumentos permanentes) ou devemos trabalhar com os instrumentos já existentes?*

SESSÃO DE ENCERRAMENTO (12:30 - 13:00)

Ivan Adamec, Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos da Câmara dos Deputados checa